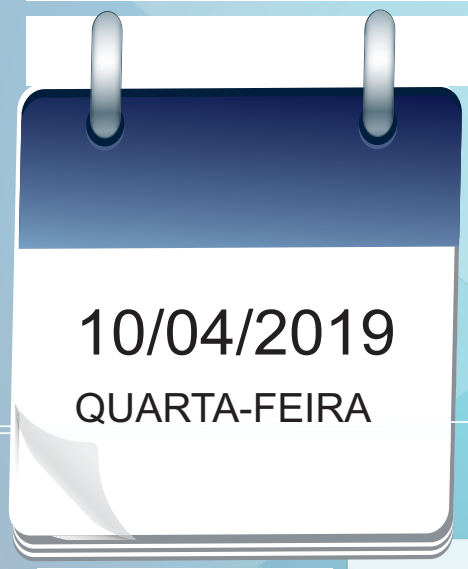
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR

Déficit do Estado pode chegar a R$ 5,8 bilhões

CONTAS PÚBLICAS CGE faz auditoria em R$ 2,87 bi de "dívida potencial"; não existe prazo para conclusão da análise

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Auditoria da Controladoria-Geral do Estado (CGE) analisa possível aumento na dívida do Executivo estadual referente a 2018. Atualmente, o déficit anunciado é de R$ 3,02 bilhões, mas pode chegar a R$ 5,89 bilhões, caso haja comprovação de pagamento para despesas canceladas pelas gestões anteriores e que somam R$ 2,87 bilhões. A análise não tem prazo para ser concluída.

O titular da CGE, Henrique Ziller, diz que esse trabalho é demorado, uma vez que demanda conferir cada uma das despesas e verificar se há, por exemplo, notas fiscais que comprovem os pagamentos. "Esses valores tinham sido lançados na contabilidade e foram cancelados. Eles dependem ainda de auditoria para verificar quais deles de fato representam dívidas a serem pagas ou se, eventualmente, o cancelamento foi por algum erro no lançamento."

A fala do controlador-geral foi feita ontem, durante a apresentação dos dados das contas e dos resultados do compliance instalado no Estado, e da qual participaram, além de Ziller, o governador Ronaldo Caiado (DEM) e o secretário de Administração, Pedro Henrique Sales. Segundo Ziller, com esses novos dados, o Estado tem, portanto, "um valor potencial de R$ 6,94 bilhões de dívidas sem provimento adequado para provimento".

A "dívida potencial" é maior que o déficit previsto para o Orçamento do Estado para este ano, que é de R$ 6 bilhões. O Orçamento foi aprovado em janeiro pela Assembleia Legislativa, após a posse de Caiado como governador.

CONTAS

Caiado foi ontem pela manhã ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) entregar o balanço das contas do exercício de 2018, no qual consta o déficit oficial de R$ 3,02 bilhões. Ao entregar o balanço ao presidente do TCE-GO, Celmar Rech, o governador disse que o documento trazia uma "radiografia real" da situação fiscal do Estado e que o relatório que o TCE produzirá a partir dos dados deve endossar o que ele vem dizendo a respeito das dificuldades que teriam sido herdadas das gestões de Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB.

Acompanhado da secretária da Economia, Cristiane Schmidt, e do controlador-geral, Henrique Ziller, o democrata reforçou o déficit superior a R$ 5 bilhões – Caiado fala em R$ 3,4 bilhões, mas o relatório, elaborado pela Secretaria de Estado da Economia, aponta para R$ 3,02 bilhões de saldo negativo. O motivo do déficit, segundo o documento, é a não contabilização de despesas realizadas, mas não empenhadas em 2018.

> *"Quem não cumpre a LRF tem que responder por crime de responsabilidade. Agora, quem vai identificar os pontos e deixar claro tudo isso será o TCE"*
>
> **Ronaldo Caiado, governador de Goiás**

Essas despesas são da ordem de R$ 1,2 bilhão com pessoal – que engloba a folha dos servidores referente a dezembro –, R$ 396 milhões de custeio e R$ 38 milhões de investimentos. Se consideradas apenas a receita arrecadada e a despesa empenhada, respectivamente de R$ 24,47 bilhões e R$ 25,8 bilhões, o déficit cai para R$ 1,34 bilhão.

Quem vai relatar as contas no TCE-GO é o conselheiro Saulo Mesquita, responsável, por sorteio, por acompanhar o exercício de 2018, e que tem 60 dias para concluir seu parecer. Ele, aliás, já vem recebendo os balanços quadrimestrais da gestão anterior e inclusive já emitiu alguns alertas.

Depois, o documento será enviado à Assembleia Legislativa, que tem a prerrogativa de julgar as contas do governador, independentemente do relatório do TCE. "Este parecer não tem qualquer força normativa de julgamento, é apenas opinativo, embora conclusivo", explica Celmar. Em relação aos demais gestores, como os secretários de Estado, cabe ao tribunal.

Perguntado se esperava que o relatório do TCE pudesse municiar, futuramente, qualquer tipo de ação judicial de responsabilização dos ex-governadores – medida defendida por Caiado em diversas ocasiões desde que venceu as eleições –, o democrata afirma que "não cabe a ele" antecipar os termos do parecer, mas que eventual punição seria "lógica" diante do quadro.

"Se você recebe o Estado com aproximadamente R$ 3,4 bilhões de déficit, é lógico que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não foi cumprida. Óbvio. E quem não cumpre a LRF tem que responder por crime de responsabilidade. Agora, quem vai identificar os pontos e deixar claro tudo isso será o TCE."

OBRAS

Os dados apresentados ontem à tarde mostram 312 obras paradas relativas aos convênios firmados pelo Estado com os municípios via programa Goiás na Frente, das quais 249 têm menos de 50% de execução. O governo ressalta que apenas quatro cidades receberam o repasse do valor integral dos convênios. O POPULAR mostrou a situação no início de fevereiro.

Questionado se o Estado pretende dar continuidade a essas obras paradas, Caiado diz que "não se pode propor para que a prefeitura faça uma obra, sem projetar as parcelas". Ele voltou a chamar o programa de "estelionato eleitoral".

Caiado afirma também que uma possível continuidade das obras paralisadas depende de empréstimo, algo não permitido ao Estado até o momento. "Vocês estão vendo minha luta em Brasília. Hoje, não posso nem fazer o pedido (de empréstimo)."



Governador Ronaldo Caiado entrega relatório de contas de 2018 ao presidente do TCE, Celmar Rech

Presidente minimiza críticas

A respeito das críticas que o governador Ronaldo Caiado (DEM) vem fazendo sobre a atuação de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o presidente do tribunal, Celmar Rech, sustenta que os relatórios seguem "série de critérios técnicos", como o cumprimento das vinculações constitucionais. Ele, contudo, avalia como "prematura" qualquer discussão a respeito dos dados de 2018, já que eles ainda não foram analisados pelo tribunal e pelo relator – o conselheiro Saulo Mesquita foi designado para relatar as contas de 2018, que engloba as gestões dos tucanos Marconi Perillo e José Eliton. As falas ocorreram durante visita de Caiado ontem ao TCE-GO para entregar as contas de 2018. "São levados em conta uma série de critérios: o cumprimento dos índices constitucionais, a posição do governo com relação ao déficit fiscal existente, tudo isso forma o entendimento do relator e este ano não será diferente", destaca Rech. Em entrevistas e discursos concedidos desde que assumiu, Caiado defendeu que relatórios de tribunais de contas deveriam ter viés mais técnico que político e que, no caso de Goiás, deveriam também seguir metodologia aceita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). (Bruna Aidar)

Governo aponta R$ 30 mi em contratos irregulares

Dados da Controladoria-Geral do Estado (CGE) apresentados ontem apontam irregularidades em 11 contratos de sete órgãos e que totalizaram danos estimados em R$ 30 milhões. Os contratos analisados somam R$ 522,1 milhões e estão ligados às antigas secretarias de Desenvolvimento (SED), de Educação (Seduce) e de Saúde (SES), e à Universidade Estadual de Goiás (UEG), ao Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo), à Goiás Turismo e à antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop).

Entre os contratos com possíveis irregularidades está um da Seduce, de R$ 3,2 milhões, e que diz respeito ao fornecimento de 2.440 aparelhos condicionadores de ar não instalados. A CGE deve abrir Processo de Responsabilização contra o prestador de serviços e enviou o caso ao TCE e ao Ministério Público. Há também um contrato de gestão firmado pela SED no valor de R$ 49,2 milhões e que teria dano potencial de R$ 2,8 milhões.

O maior contrato é da Agetop, R$ 51,6 milhões, e que teria gerado dano de R$ 2 milhões. A CGE aponta "ausência de comprovação de vantajosidade da contratação e de manutenção do desconto proporcional dos aditivos", além de "medição irregular de vários serviços" referentes a terraplenagem e pavimentação asfáltica da rodovia GO-435, no trecho entre a BR-251 e Padre Bernardo.

PRONATEC

Entre as irregularidades encontradas pela CGE também está possível dano de R$ 688,6 mil referente a pagamentos irregulares do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na Universidade Estadual de Goiás (UEG). O POPULAR mostrou, em março, que a controladoria apurou, entre outras irregularidades, a nomeação de parentes, sócios e amigos para atuarem na gestão do programa, que oferece bolsas mensais que variam de R$ 600 a R$ 7,5 mil.

Conforme mostrou a reportagem à época, o próprio (então) reitor da UEG, Haroldo Reimer, era beneficiado por uma bolsa de R$ 7,5 mil, visto que se autoproclamou coordenador mantenedor ao regulamentar o Pronatec em 2015. As denúncias geraram a renúncia do reitor no fim de março, antecipando reunião do Conselho Universitário (CsU) que pediria o seu afastamento do cargo.

O POPULAR

Presidente do TCE minimiza críticas

09/04/2019 - 23:00

A respeito das críticas que o governador Ronaldo Caiado (DEM) vem fazendo sobre a atuação de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), o presidente do tribunal, Celmar Rech, sustenta que os relatórios seguem "série de critérios técnicos", como o cumprimento das vinculações constitucionais. Ele, contudo, avalia como "prematura" qualquer discussão a respeito dos dados de 2018, já que eles ainda não foram analisados pelo tribunal e pelo relator – o conselheiro Saulo Mesquita foi designado para relatar as contas de 2018, que engloba as gestões dos tucanos Marconi Perillo e José Eliton. As falas ocorreram durante visita de Caiado ontem ao TCE-GO para entregar as contas de 2018. "São levados em conta uma série de critérios: o cumprimento dos índices constitucionais, a posição do governo com relação ao déficit fiscal existente, tudo isso forma o entendimento do relator e este ano não será diferente", destaca Rech. Em entrevistas e discursos concedidos desde que assumiu, Caiado defendeu que relatórios de tribunais de contas deveriam ter viés mais técnico que político e que, no caso de Goiás, deveriam também seguir metodologia aceita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DIÁRIO DA MANHÃ

Caiado: "Estamos indignados por receber o Estado em caos"

Governador, que tem realizado esforço para sanar dívidas, salientou que relatório de contas referente ao exercício de 2018, entregue ao TCE-GO, apresenta, sem maquiagem, a realidade financeira do Estado



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

O governador Ronaldo Caiado entregou o relatório das contas do Executivo Estadual referente ao exercício de 2018 ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Celmar Rech, ontem, na sede da Corte, em Goiânia. No documento estão incluídos os balanços de todos os poderes e órgãos da administração direta e indireta, divididos em Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal. Diante disso, o déficit orçamentário contido é de R$ 3,023 bilhões.

O relatório apresenta, sem maquiagem, a real situação financeira do Estado de Goiás "para que as pessoas não tentem criar a tese de que estamos falando de pendências, de coisas velhas que estamos indignados com o fato de termos recebido o Estado na situação em que se encontra hoje", ressaltou o governador ao comparar a situação fiscal, financeira e orçamentária do Executivo à de um paciente com uma pneumonia grave. "Não posso oferecer a ele que pode tirar para casa, que é uma gripe", pois, segundo sua avaliação, "apresentar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e o que os gestores [anteriores] deixaram de fazer".



(Divulgação)

Presidente do TCE-GO, Celmar Rech e governador Ronaldo Caiado: contas do Estado

ANÁLISE DO TCE

Ao receber o relatório, o conselheiro Sandro Marques Mesquita, que terá 60 dias para apresentar o parecer final para posterior julgamento feito por todos os conselheiros. Na sequência, o documento será encaminhado à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), que é o órgão do Poder Legislativo legalmente constituído para apreciar os exercícios contra o Executivo.

Ronaldo Caiado pondera que, mesmo diante das dificuldades herdadas da gestão anterior, não tem medido esforços e trabalhado diuturnamente para colocar as contas do Estado em dia, mesmo com o corte de gastos e a atração de investimentos de empresas nacionais e estrangeiras. Outro ferramenta utilizada pelo governador é a parceria com os prefeitos e o incentivo privado na busca de recursos para alavancar investimentos necessários para alcançar o crescimento goiano. "Todo mundo vende em nosso endereço", pontuou.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Orçamentário do exercício de 2018 foi deficitário em R$ 1,341 bilhão, sendo obtido pela diferença entre a receita realizada de R$ 24,488 bilhões (acréscimo de 6,09% em relação a 2017) e a despesa empenhada de R$ 25,807 bilhões (aumento de 13,24% em relação 2017). Considerando quando se considera ajustes obrigações reconhecidas ou realizadas, mas não empenhadas no exercício, o déficit alcança R$ 3,023 bilhões. Entre essas despesas não empenhadas R$ 1,249 bilhão de despesas com pessoal, R$ 396 milhões de despesas de custeio e R$ 38 milhões de despesas com investimentos.

GESTÃO FINANCEIRA

No exercício de 2018 houve inscrição em "Restos a Pagar Processados" as despesas empenhadas e liquidadas (e não pagas em 2018) no valor de R$ 1,972 bilhão, que equivale a um aumento de 13,33% em relação ao valor inscrito em 2017 (R$ 1,726 bilhão).

GESTÃO FISCAL

A Receita Corrente Líquida, que é o indicador da receita para o cumprimento dos metas fiscais, especialmente as vinculações, apresentou de Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizou no ano de 2018 o valor de R$ 21,298 bi lhões, apresentando uma crescimento de 1,20% em relação à 2017.

Também participaram do encontro o secretário de Economia, Cristiano Schmidt, e o secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado, Henrique Moraes Ziller.

Presidente do TCE-GO, Celmar Rech e governador Ronaldo Caiado: contas do Estado

(Divulgação)

Durante palestra ministrada no painel "Segurança e capitalização do Estado", do 18º Fórum Empresarial 2018, realizado no Campus de Jurídica São Paulo, o governador Ronaldo Caiado exibiu um vídeo que mostra as dificuldades para a atração e manutenção de investimentos, em Pais, é a falta de segurança pública. Para o governador, é necessário agir de maneira forte em combate à criminalidade para que os empresários sintam-se seguros ao investir nos Estados.

"Nós mesmos alcançamos índices baixos e ainda vivemos com o clima de total insegurança. Então, é chegado o momento de colocarmos em que vivemos que não existe investimento sem inteligência e sem capacidade de mostrar para a sociedade outra situação e para os empresários poderem ter confiança e a segurança de investirem em nossos Estados", disse.

A participação do governo federal na segurança pública dos estados foi destaque na passagem do governador. "Tive oportunidade de conversar longamente com o ministro [Sérgio] Moro, em uma audiência com o presidente da República, e coloquei a necessidade de darmos atenção especial porque sendo os investimentos não virão. Consultoria.

Ronaldo Caiado destacou a atuação das Polícias Federal, Civil e Militar, além de agentes penitenciários, que resultou na redução dos crimes em Goiás. "Nós temos uma área rural muito tranquila, muito diferente do que nós temos hoje no país, em que 80% [...] quadrilhas destroçadas e apreendidas [com] armas de fogo", destacou.

O governador apresentou os "Três 'Ts'" como eixos da política de segurança pública de Goiás: Inteligência, Inteligência e Inteligência. Caiado fez tais considerações ao pedir ao secretário de Segurança de Goiás, Rodney Miranda, se limitando seu papel como pioneiro das políticas de segurança que passaram a ser adotadas em vários Estados brasileiros nos últimos décadas.

DIÁRIO DA MANHÃ

Servidores da Educação decidem manter greve

DA REDAÇÃO

Servidores da Educação de Goiás decidiram, durante assembleia na última segunda-feira, manter a greve da categoria. Professores e funcionários administrativos se reuniram em frente ao Palácio Pedro Ludovico, sede do governo do estado, para deliberar sobre a situação. Eles cobram o pagamento atrasado de dezembro de parte dos trabalhadores da área. A paralisação começou na quarta-feira (03).

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, disse que a categoria não aceitou a proposta de parcelamento feita pelo governador Ronaldo Caiado (DEM). "A proposta é de escalonar o pagamento em quatro vezes, o que não é boa. É querer de fato que a greve continue. Essa proposta é mais do mesmo. Queríamos que pagassem é imediatamente. Quem começa uma greve e termina é a categoria. Mas mesmo fazendo greve não tem uma proposta boa. O óbvio é pagar o que deve", disse Bia.



Bia de Lima: professores mantém greve

Além do pagamento dos salários atrasados, a categoria pede que o governo pague em ordem igual tanto os servidores da ativa quanto os aposentados. O teto para pagamento do primeiro grupo foi de R$ 4,5 mil. Já para os inativos, o pagamento foi feito para os que recebiam até R$ 2,6 mil. "Os aposentados foram incluídos na proposta, o que já é um avanço do nosso movimento. Nós não abrimos mão deles receberem junto com os servidores ativos", afirmou Bia.

OPÇÃO

‘Iremos pagar, mas peço paciência e espírito público’, diz Caiado a professores

09/04/2019 11:27 ··· Por Lívia Barbosa ···

“Por favor, vocês precisam rever esse posicionamento, isso não é justo”, disse governador em entrevista coletiva

O governador Ronaldo Caiado, do DEM, afirmou na manhã desta terça-feira, 9, durante a entrega de relatório das contas de 2018 ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), esperar que as pessoas tenham a dimensão da situação em que o Estado foi entregue pelos antigos gestores.

“Para que não insistam na tese de que nós estamos falando de problema, de crise. Nós não estamos falando, mas estamos indignados com o fato de termos recebido o Estado nessa situação em que se encontra hoje”, disse Caiado.

“É indignação! Não falamos só de crise , mas como vou receber um paciente com pneumonia grave e dizer que ele pode ir para casa, que é só uma gripe?”, questiona o governador ao falar que agora está apresentando um balanço geral, que será analisado e apresentado pelo Tribunal em 60 dias.

O governador alegou que todos estão vendo o reforço feito pelo governo para reorganizar Goiás. “Ontem mesmo, com todo nosso esforço e empenho entregamos uma nova proposta antecipando para quatro meses o pagamento para a Educação”, disse ao fazer comparativo com a Polícia Militar, “que nem nos cobrou e está trabalhando diuturnamente”.

“A ponderação que eu faço a todos os professores, temos cerca de 117 escolas que não estão tendo aulas, é porque não é correto acarretar prejuízo a esses jovens”, argumentou o governador.

Caiado disse ainda que está empenhando tudo que é possível e trabalhando 24 horas com o objetivo de realizar todos os pagamentos pendentes. “Por favor, vocês precisam rever esse posicionamento, isso não é justo. Nossas polícias, agentes penitenciários, bombeiros todo mundo está trabalhando sabendo que estou falando o que está acontecendo”, disse o governador ao questionar o motivo de as crianças serem prejudicadas pelas paralisações nas escolas estaduais.

O governador citou ainda o caso de Minas Gerais onde os salários foram parcelados em seis vezes e não há greve. “Iremos pagar e estamos fazendo todos os esforços, mas peço paciência e espirito público. Essas crianças serão prejudicadas na Prova Brasil”, explicou Caiado.

DIA ONLINE

Caiado entrega relatório de contas de 2018 ao TCE, em Goiânia

Entre as despesas não empenhadas pelo governo passado estão R$ 1,248 bilhão do pagamento de pessoal, R$ 396 milhões de despesas de custeio e R$ 38 milhões de investimentos.

09/04/2019, 20h22



FOTO: Divulgação

O relatório de contas do Executivo Estadual referente ao exercício do ano de 2018 foi entregue nesta terça-feira (9/4) pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Celmar Rech, em Goiânia. O documento contêm dados de todos os poderes e órgãos da administração direta e indireta, dividido em Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Fiscal. Segundo os dados levantados pelo governo estadual, o déficit do orçamento chega a R$ 3,023 bilhões.

Conforme divulgado pelo governo estadual, o relatório apresentado hoje ao presidente do TCE, foi feito sem maquiagem e faz uma radiografia completa das finanças de Goiás. "Entregamos o documento para mostrar para as pessoas que não é preciso insistir na tese de que estamos falando de problemas, de crise, e estamos indignados com o fato de termos recebido o Estado na situação em que ele se encontra hoje", explicou Caiado.

Durante coletiva ao entregar o relatório o governador comparou a situação com um paciente internado com pneumonia, pois "não posso simplesmente dizer para ele ir para casa, por que é apenas uma gripe". O governador afirma que quem não cumpre com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem que pagar por crime de responsabilidade.

DIA ONLINE

Caiado entrega relatório de contas de 2018 ao TCE, em Goiânia

Entre as despesas não empenhadas pelo governo passado estão R$ 1,248 bilhão do pagamento de pessoal, R$ 396 milhões de despesas de custeio e R$ 38 milhões de investimentos.

09/04/2019, 20h22

Déficit apontado pelo relatório de contas da gestão passada é de R$ 3,023 bilhões

Conforme o levantamento feito do orçamento referente ao ano passado, os números mostram um déficit de R$ 1,341 bilhão, com uma arrecadação de R$ 24,466 bilhões representando um aumento de 8,8% em comparação com 2017. Em despesas empenhadas foi registrado R$ 25,807 bilhões o que mostra um aumento de 13,24% em comparação com o ano anterior.

O relatório ao juntar os dados de arrecadação e gastos pela gestão anterior, mostra que existe um déficit de R$ 3,023 bilhões. Entre as despesas não empenhadas pelo governo passado estão R$ 1,248 bilhão do pagamento de pessoal e R$ 396 milhões de despesas de custeio e R$ 38 milhões de investimentos.

Segundo os dados divulgados pela atual gestão quando analisado a questão financeira do Estado do ano de 2018, os quais estão discriminados como restos a pagar, ou seja, despesas que foram empenhadas e liquidadas e que não foram pagas, o valor é de R$ 1,952 bilhão, que é equivalente ao mesmo valor registrado em 2017 com um total de R$ 1,75 bilhão.

Vale ressaltar que a gestão passada encerrou o ano com um crescimento de 1,26% em comparação com 2017, ao cumprir metas fiscais, com um total de R$ 21,298 bilhões, medido pelo indicador da receita, especificado pela LRF.